

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA E O IMPACTO NO RENDIMENTO ESCOLAR DE ALUNOS E ALUNAS NO MUNICÍPIO DE OCARA -CEARÁ

Ana Luiza de Oliveira Castro¹
Meiriane da Silva Pinheiro²
Antônio Roberto Xavier³

RESUMO: O presente estudo busca analisar o rendimento escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Ocara-CE. Trata-se de um município em que a maioria do colegiado da rede municipal se encaixa nos quesitos definidos para o programa e são atendidos pelo mesmo. Dessa forma, tem-se um vasto campo de pesquisa sem precedentes no contexto geográfico relacionado, mas onde há algumas compatibilidades com estudos citados neste artigo, tal como as inquietações de profissionais da educação em relação às condicionalidades que se demarcam como motivadoras para os alunos, bem como os impactos que este programa tem na aprendizagem escolar.

Palavras-Chaves: Desempenho escolar; Programa Bolsa Família; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família é conhecido como uma política pública de distribuição de renda que tem como objetivo oferecer às crianças condições básicas para estarem na escola, como alimentação. Criado pelo governo brasileiro, o programa almeja contribuir para alcançar a ambiciosa meta da Organização das Nações Unidas (ONU) para erradicação da pobreza por meio de transferência de renda com condicionantes que abrangem outras áreas, principalmente na educação. (DANTAS *et al.*, 2018).

No entanto, a partir dessa política pública, torna-se importante considerar questões relevantes no que confere o contexto atual em um município com grande número de alunos beneficiários, tais como: o que esse programa representa para as famílias beneficiadas e de que forma os recursos advindos do Programa Bolsa Família influenciam no rendimento escolar de alunos e alunas beneficiadas.

¹ Especialista pela UFC. Orcid: 0009-0005-9647-8221. E-mail: analuizaprominas@gmail.com

² Mestre pela UNILAB. Orcid: 0000-0002-2643-8911. E-mail: meirianehistoriadora@gmail.com

³ Doutor pela UFC. Orcid: 0000-0002-3018-2058. E-mail: roberto@unilab.edu.br

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

 27 a 29 de novembro

 Evento online

 even3.com.br

A presente pesquisa se justifica no atual cenário social, político, econômico e educacional do país, restringindo-se ao cenário de um município cearense em que a grande maioria dos alunos da rede pública de ensino são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, pode-se vislumbrar a importância da análise proposta que identifique qual o impacto dessa política pública na melhoria da educação e da aprendizagem dos alunos, por meio da análise do rendimento desses alunos.

METODOLOGIA

O trabalho será realizado com procedimentos de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo que propiciará investigar o impacto do Programa Bolsa Família no contexto das famílias, escolas e município. Os dois métodos complementam-se no confronto daquilo que se pensa com o que acontece na prática.

Logo, a pesquisa junto às famílias e escolas enriquecerá o trabalho de forma significativa, considerando que representam a ponta do investimento da política pública em questão, tornando-as um campo de observação das teorias e da funcionalidade do que se preconiza por essa política.

A abordagem utilizada para a pesquisa de campo será a qualitativa. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

O campo de atuação da pesquisa de campo deve envolver igual percentual de amostragem de famílias e escolas urbanas e rurais do município, a fim de obter dados de análise regulares para a análise qualitativa.

O levantamento e a coleta de dados serão realizados por meio de entrevistas, visitas às famílias, coleta e análise de dados educacionais nas escolas, bem como em órgãos públicos municipais.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Bolsa Família é um programa de governo que tem a função de transferir renda e apoio às famílias para o acesso à saúde, educação e assistência social. Criado no ano de 2003, beneficia milhões de famílias em todo território nacional. É gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. É apontado como uma das políticas de redução à pobreza no Brasil (BRASIL, 2019).

O funcionamento do programa depende de ações conjuntas das diferentes esferas do poder público: Federal, estados, municípios e Distrito Federal, englobando atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde e outras (BRASIL, 2019). De acordo com Dantas *et al.* (2018), essas atuações em áreas conjuntas estruturam uma atuação política para o rompimento do ciclo da pobreza.

É comum conteúdos que destacam a relação política do programa, pois não se trata de algo com amparo na Constituição, sendo, portanto, um programa de governo. Disso, há diversas críticas que o relacionam como um programa mais eleitoral do que social, ou seja, que serviria de carro-chefe para grupos políticos ou ainda que criam a dependência da população com o governo.

Alguns críticos das políticas focalizadas de combate à pobreza argumentam que estas tenderiam a tratar somente uma parte do problema, deixando de lado medidas mais abrangentes e inclusivas representadas por políticas universais, e, no limite, tenderiam estigmatizar a população mais vulnerável. Outros autores acreditam que a focalização individual dos programas pode contribuir para desgastar laços comunitários ou mesmo gerar estigmatização e dependência especialmente no caso de programas pouco articulados com outras políticas sociais e sem portas de saída. (BICHR, 2010, p. 122)

Em defesa ao programa, Pinzani (2014) considera como algo fundamental nesse contexto social, já que vai muito além do assistencialismo quando garante o direito elementar

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

a vida, aspecto de dever e responsabilidade pública a ser traduzida em políticas governamentais.

A crítica ao programa também parte de dentro do ambiente escolar. Brandão, Pereira e Dalt (2013) relatam por meio de pesquisa que há um descontentamento no que se refere à motivação do aluno em estar na escola, ou seja, como o programa condiciona os alunos a irem para a escola, os alunos frequentam, mas não apresentam interesse significativo pela aprendizagem. Segundo os autores, esse é um ponto abordado por profissionais escolares.

Em um cenário de visão oposta, há quem perceba na presença maior de alunos em sala de aula uma possibilidade inicial (BRANDÃO; PEREIRA; DALT, 2013). Nesse sentido, o aluno estando na escola é um início necessário para que possa aprender. Mas, é preciso considerar que o aluno que se espera vem de um contexto bem mais amplo do ideal.

Essas questões apontam melhoramentos inclusive em relação aos números de alunos que entram na escola, ou seja, na matrícula. Camargo e Pazello (2014), citando alguns outros estudos que apontam crescimentos considerados de matrículas quando do contexto do Bolsa Família.

Os mesmos autores citam que há melhorias nos índices e taxas educacionais desde a implantação do programa federal, como as taxas de abandono, evasão no contexto nacional. No entanto, quando se trata de números de aprovação, os autores chegam a conclusão de que o resultado não tem um saldo positivo como deveria, levando ao negativo:

Os resultados negativos encontrados para a taxa de aprovação, por sua vez, embora sejam corroborados por um dos exercícios de robustez, não passam no segundo exercício. Ou seja, embora não pareça haver diferenças anteriores (em 2001) nas taxas de aprovação entre escolas que receberiam mais e menos alunos beneficiados em 2008, o exercício de diferenças em diferenças não apontou uma evolução diferente no período entre 2001 e 2009 entre escolas com mais e menos alunos tratados. Sendo assim, não podemos dizer, a partir dos nossos resultados, que uma maior proporção de alunos beneficiados leve a uma redução da aprovação. (CAMARGO; PAZELLO, 2014, p. 636).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Os autores apontam que não houve mudanças em relação ao período não existente do programa, ou seja, há parâmetro de resultado, mas que os dados não tornam os resultados conclusivos. Isso indica que é preciso investigar mais profundamente a relação entre beneficiários e rendimento escolar. Além do mais, esses indicadores demonstram a necessidade de melhoria de qualquer investimento nas políticas públicas sócio-educacionais.

Nesses termos, a análise de campo de um município do total relevante de alunos beneficiários exige uma análise de padrões de quantidade de alunos, taxas de rendimento dos dois períodos, mantendo proporções numéricas correlatas para os dois períodos, antes e depois da atuação do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é o maior programa mundial de transferência de renda condicionada e uma das principais políticas públicas sociais na atualidade. A curto prazo, busca ampliar o atendimento escolar às crianças e estender os cuidados primários de saúde às famílias mais pobres, enquanto a longo prazo visa romper o círculo vicioso da pobreza.

Diante disso, essa pesquisa busca analisar o rendimento escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Ocara-CE e compreender qual a relação entre o PBF e a melhoria dos índices educacionais.

De acordo com a pesquisa bibliográfica já realizada, é possível verificar que existe muito pré-julgamento com relação ao programa. Porém, autores, como Pinzani (2014), rebatem que se trata mais de preconceito, pois há estudos que comprovam que os próprios beneficiários consideram o programa como auxílio, não como condição permanente e definitiva, não ficando apenas no auxílio quando há condições suficientes para ascender.

Espera-se que com a pesquisa de campo, seja possível identificar realmente qual a influência do Programa Bolsa Família no rendimento educacional dos alunos do município de Ocara-CE. Partindo das prerrogativas apresentadas de que a presença dos alunos na escola,

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

condição para o acesso ao benefício, além do elevado número de alunos contemplados, o contexto em campo é o ideal para essa empreitada.

REFERÊNCIAS

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Dossiê Governo Lula. Novos estud.** CEBRAP (87). Jul 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200007>. Acesso em 30 nov. 2024.

BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de Cássia; DALT, Salette da. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. *Política e Trabalho*. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 215-232, abr. 2013.

BRASIL. **Bolsa Família**. Cartilha. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: MDS. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_BolsaFamilia.pdf. Acesso em 26 out 2024.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti; PAZELLO, Elaine Toldo. Uma análise do efeito do programa bolsa família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 623-640, Dec. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502014000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 out 2024.

DANTAS, S. V. A. D. Uma avaliação do Programa Bolsa Família. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 713-726, out./dez. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [organizado por]. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PINZANI, A. “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”. Entrevista. **Revista Pedagógica**. V. 16. N. 32, jan/jul, 2014, p. 207-216.